

O SERVIÇO SOCIAL E A PERSPECTIVA DO TRABALHO SÓCIO-EDUCATIVO COM FAMÍLIAS

SOCIAL SERVICE AND THE SOCIAL-EDUCATIONAL WORK PERSPECTIVE WITH FAMILIES

Eliana Bolorino Canteiro MARTINS*

RESUMO: O presente artigo debate a contribuição do Serviço Social na perspectiva do trabalho sócio-educativo com famílias, trazendo elementos que possibilitam uma reflexão em relação às transformações societárias na contemporaneidade, enfocando as políticas sociais brasileiras de atenção à família.

UNITERMOS: Serviço Social; Famílias; Trabalho sócio-educativo.

ABSTRACT: This article is about the contribution of the work accomplished by Social Work under a social educative perspective, presenting elements that make possible a reflection about the social transformations nowadays, focusing the social policies towards families.

UNITERMS: Social work; Families; Social policies; Social educative.

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, o fenômeno da globalização traz consigo realidades altamente complexas e desafiadoras que são ainda pouco compreendidas. Traz, porém, grandes implicações para os espaços nacionais e contextos locais com diferentes formas de expressão. Este fenômeno, a globalização, proclamado como inevitável, tem uma história, é produto da ação humana, é

* Mestre em Serviço Social da UNESP, Franca-SP - Brasil.

o resultado de relações sociais. A forma como ele se apresenta atualmente, em sua essência, busca romper com as perdas do capital e propõe uma revanche contra as conquistas sociais da classe trabalhadora.

A globalização, é entendida, portanto, como o resultado da multiplicação e da intensificação das relações que se estabelecem entre agentes situados nos mais diferentes pontos do espaço mundial, de forma que as atividades realizadas em um determinado âmbito de ação funcionam como unidade. O termo refere-se, ainda, às transformações supranacionais que, sem ter compromisso maior com as suas bases territoriais de origem, condicionam, por toda parte, o funcionamento das sociedades nacionais.

Consideramos importante ressaltar alguns dos efeitos da globalização:

- a grande revolução tecnológica, com a robótica e a informática, influencia o mundo do trabalho, tornando-o cada vez mais exigente, excludente, discriminatório, acarretando o desaparecimento de determinadas profissões e o surgimento de outras, gestando o desemprego estrutural, assim como a migração de empregos de um lugar para o outro;

- a questão social, fenômeno que se alastra pelo mundo, em consequência do modelo econômico mundial de expansão e reprodução do capital, agora sem fronteiras;

- as mudanças no papel do Estado, que na ótica neoliberal se desreponsabiliza, ao valorizar o mercado para justificar os cortes nos gastos sociais, e a redução da dívida pública, contrapondo-se à universalização dos direitos sociais, por meio da política de focalização.

Portanto, a globalização traz em seu bojo implicações em todos os níveis: espaciais, temporais, sociais, culturais, ambientais, etc.

Este cenário de transformações sócio-históricas que vem ocorrendo, principalmente nas últimas décadas, provoca alterações na família brasileira e faz aflorar uma gama de situações a que a mesma não consegue responder por si só, tornando necessários, atualmente, com maior intensidade, a atenção e o atendimento do Estado.

Portanto, não é por acaso que a ONU (Organizações das Nações Unidas) instituiu, em 1995, o “Ano Internacional da Família”, suscitando debates e influenciando políticas públicas de atenção à família, principalmente nos países ocidentais e na América Latina. A preocupação da ONU está relacionada a diversos fatores que marcam a transformação da família contemporânea, tais como:

- a constatação de um processo global de nucleação familiar;
- a necessidade de a família se restabelecer como unidade econômica de reprodução e de adaptação do indivíduo ao meio social;
- as dificuldades do Estado (de cunho neoliberal) em investir em políticas sociais e, portanto, a necessidade de reforçar as estruturas familiares para garantir o mínimo de condições de sobrevivência aos seus dependentes;
- os problemas externos à família que incidem sobre a mesma, criando situações que ela não consegue solucionar e devolvendo-as à sociedade.

A Pesquisa realizada pela DATAFOLHA e divulgada na Folha de São Paulo em setembro de 1998 retrata, por meio de dados estatísticos, a configuração da família brasileira na virada do milênio, conforme citamos a seguir:

- 1,7 milhões de famílias são consideradas matrifocais (chefiadas pelas mulheres);
- 3,2 milhões de mães solteiras;
- 6,1 milhões de mulheres separadas ou viúvas;
- Em relação ao número de filhos: na década de 80 eram 4,0 e, em 90, 2,7 filhos por mãe;
- Referente à escala de importância: a família está em 1º lugar para 61% dos entrevistados e o casamento em 6º lugar para 31%;
- Os pesquisados consideram a mãe a pessoa mais importante da família com 74% e 66% consideram o pai;
- Referente ao valor do salário da mulher em relação ao do marido, 74% das mulheres recebem salário inferior ao do marido, 15% maior e 11% igual.

Acrescentam-se a este cenário os Dados do Ministério do Bem-Estar Social de 1992, que afirma a existência de 42 milhões de pessoas, ou 11 milhões de famílias, que se encontram abaixo da linha de pobreza.

Este dados revelam a relação entre as contradições decorrentes dos ajustes estruturais e do encolhimento do papel do Estado numa perspectiva neoliberal e as transformações que vem ocorrendo na estrutura da família nos últimos tempos.

Para justificar a “crise da sociedade”, que desemboca na família, é necessário culpabilizá-la, como se a crise fosse apenas do próprio núcleo familiar, descompromissando a (des) ordem social.

É preciso

... avaliar, devidamente o impacto de tais mudanças, sobretudo aquelas que combinam pobreza e família, e expressam o seu lado mais eloqüente na feminização da pobreza - uma realidade dos países em desenvolvimento mas também do Ocidente desenvolvido. (Sales, 1998, p. 189)

Neste prisma, constata-se a necessidade de reverter a direção das Políticas Sociais de atenção à Família, pois não cabe à família resolver isoladamente o conjunto de papéis e responsabilidades que a ela são atribuídos pela sociedade, considerando sua dinâmica interior e a influência advinda do novo reordenamento político-sócio-econômico mundial, com incidência no contexto brasileiro, especificamente.

Sem dúvida, de “Ilustre Desconhecida”, nas diretrizes e programas propostos pela Política Social Brasileira, conforme expressão de Maria do Carmo Brant, a família tornou-se alvo das atenções de diferentes especialistas: psicólogos, educadores, sociólogos, assistentes sociais, etc.

Refletir sobre as diferentes posturas deste debate é primordial para o redimensionamento da prática interventiva do Serviço Social, principalmente pela proximidade, historicamente construída, do Assistente Social com o segmento família. O

assistente social precisa posicionar-se visando fortalecer a família, ampliando as possibilidades da mesma para o enfrentamento das condições objetivas e subjetivas que persistem em ameaçá-la.

Revisitando a trajetória da intervenção das políticas sociais, constata-se que a família sempre foi objeto de intervenção, porém de maneira banalizada, salvo em raras exceções. Compreender a família e intervir junto a ela de forma isolada do seu contexto e valores socioculturais sempre foi a tônica predominante.

Analisar as políticas sociais brasileiras é uma trajetória conhecida e, sem sombra de dúvidas, Geny M. Karawa Takashima delinea brilhantemente o descompasso do atendimento específico à família, sendo:

- recursos financeiros escassos;
- convênios burocratizados, desarticulados de outros programas e políticas, provocando a duplicidade e descontinuidade do atendimento;
- redução na convergência dos projetos coletivos de atendimento a famílias face ao privilégio concedido à forma atomizada de ação;
- a localização espacial dos programas de atendimento às famílias inclui espaços distantes da sua área de moradia nem sempre apropriados;
- as dependências das instituições públicas e privadas são áreas nobres da burocracia misteriosas para as famílias usuárias, impondo barreiras técnicas e administrativas;
- os recursos humanos, geralmente sem o devido preparo, com posturas moralizantes e normatizadoras, agem com despreparo (Takashima, 1994, p. 82-83).

Enfim, nas políticas sociais brasileiras, a família nunca foi vista como uma totalidade; ao contrário, são implementadas ações em função dos indivíduos. A setorização das políticas sociais e a inexistência de canais de integração entre elas têm gerado uma inoperância em relação ao atendimento às famílias. Dentro delas a família é vista pelo “retrovisor” e não sendo o foco de atenção.

O desafio do trabalho sócio-educativo com famílias

Diante deste contexto, com as inúmeras transformações societárias que incidem sobre a instituição-família, repensar alternativas de intervenção do Serviço Social junto a este segmento, realmente, é um desafio que precisamos enfrentar.

É nesta perspectiva que refletimos sobre o trabalho sócio-educativo com as famílias, garantindo uma intervenção junto à família como uma unidade em relação à sociedade, com todos os elementos sociais que fazem dela uma família própria, singular. Portanto é um ação junto e com a família, configurada enquanto núcleo social.

Pretende-se analisar a família como ela foi construída historicamente, seus valores, sua maneira de ver o mundo, o trabalho, a religião, a educação, a saúde, a política, a questão de gênero, a sexualidade, etc; entender seu grau de consciência ou alienação, sua subjetividade e objetividade a fim de contribuir para seu crescimento enquanto um núcleo social.

Não se trata de ver a família como um fenômeno endógeno, com uma visão patologizante, mas como um grupo que está relacionado com o contexto histórico, influenciando e sendo influenciado pelo mesmo.

Estas reflexões configuram uma concepção de família que exclui a vertente de entendimento da família como sendo natural, isto é, originária na sua forma, mantendo-se sem alterações ao longo dos tempos, e aceita a concepção da vertente sócio-histórica segundo a qual “a família se modifica de acordo com a realidade vivida, tendo relação com o contexto em que se insere, sofrendo alterações ao longo dos tempos” (Symanski, 1992, p.15).

Compartilhamos a visão de Symanski, segundo o qual: “a família são pessoas que convivem juntas, assumindo o compromisso de uma ligação duradoura entre si, incluindo a relação de cuidados entre os adultos e deles com as crianças e idosos”. Acrescenta-se ainda que a família, inserida no modo de produção capitalista, é vista como uma unidade econômica de

reprodução e adaptação do indivíduo ao meio.

Diante destes fundamentos teóricos, só é possível intervir junto às famílias respeitando as suas diferenças ético-culturais, evitando os paradigmas da “regularidade-irregularidade”, “estrutura-deseestrutura” familiar, responsáveis pelos inúmeros preconceitos que perduram na realidade brasileira incidindo, principalmente, na vida das crianças e adolescentes provenientes dos mais diferentes “arranjos familiares” existentes na sociedade.

Segundo Maria do Carmo Brant (1994), há duas referências básicas, por serem decorrentes uma da outra, para que possamos criar e recriar centenas de práticas profissionais na perspectiva do microcoletivo-família. A primeira referência é a visão extensa em relação aos sujeitos da prática profissional, isto é, os sujeitos como sujeitos em família, numa comunidade e relacionando-se, de forma mais ampla, com a sociedade. A segunda referência é a prática profissional articulada e interagente, capaz de articular os serviços, programas, projetos de forma que os sujeitos desta prática interajam nos diversos recursos de que necessitam ou que acessem por questão de direitos.

Os serviços e programas devem ser planejados de forma que contemplem os sujeitos em diferentes momentos de sua vida, nunca como sujeitos específicos em si, mas como sujeitos em família.

A família não pode ser abordada apenas na perspectiva da especificidade daquela instituição ou serviço em que o profissional atua, mas sim considerando as relações familiares enquanto um movimento dinâmico na vida cotidiana, com suas generalidades e particularidades.

A condição “sine-qua-nonm” para pensar a prática profissional do assistente social, e especificamente o trabalho com famílias numa dimensão sócio-educativa, é a análise do âmbito específico da intervenção do Assistente Social, ou seja, o espaço onde se movem três sujeitos sociais:

- o assistente social/ou equipe interdisciplinar - efetuando diferentes tipos de ação voltadas para o atendimento das demandas sociais;
- a instituição - através da qual se desenvolve determinado

tipo de serviço especializado, em quantidade e qualidade em função da correlação de forças existentes entre os interesses da Instituição e dos usuários;

- o usuário - Pessoas não atendidas ou atendidas parcialmente pelas políticas públicas atravessando situações de fragilização, descapitalização.

E influenciando e influenciado por estes sujeitos sociais encontra-se o contexto político-sócio-econômico-cultural. Redimensionar este cenário para a perspectiva do trabalho sócio-educativo com as famílias requer do assistente social um esforço teórico-metodológico, para que, independentemente da área em que atua, em decorrência da fragmentação das políticas sociais, considere os sujeitos como parte de uma instituição denominada “família”.

Para compreender a intervenção do Serviço Social com famílias na abordagem sócio-educativa, envereda-se nas reflexões que decodificam esta expressão, esta concepção. O “social” é a expressão do econômico, político e ideo-cultural na dinamicidade histórica de uma dada sociedade.

Saviane (1996) considera que a natureza da educação é o trabalho não-material, cujo produto não se separa do ato de produção. Isso permite situar a especificidade da educação como referida aos conhecimentos, idéias, conceitos, valores, atitudes, hábitos, símbolos sob o aspecto de elementos necessários à formação da humanidade em cada indivíduo singular, na forma de uma segunda natureza, que se produz, deliberada e intencionalmente, através de relações pedagógicas historicamente determinadas que se travam entre os homens.

Portanto, o “trabalho educativo”, de forma abrangente, “é o ato de produzir direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade, que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (Saviane, 1996, p. 11).

Conclui-se, então, que o educativo é todo o processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral do ser humano, visando melhorar sua integração social.

Desta forma, o trabalho educativo se estabelece através do processo de transformação:

- da maneira de ver o mundo (visão de mundo);
- da maneira de agir (intervir na realidade);
- da maneira de sentir (identidade do indivíduo em sua inserção nas relações sociais presente em uma determinada realidade).

A ação sócio-educativa desencadeada pelo Serviço Social junto às famílias culmina na ampliação do seu conhecimento que implica:

- fortalecer o saber popular - novos meios de utilização e construção do processo de informação, isto é, as informações conhecidas pelos técnicos da área social, através de estudos e pesquisas sobre a população, pertencem à própria população e devem ser devolvidas. Estas informações tornam-se fonte de auto-conhecimento para a elaboração de estratégias conseqüentes, visando atingir seus interesses imediatos e mediatos. Implicam também o respeito às manifestações culturais de uma determinada população, fortalecendo a criatividade, as diferenças e iniciativas próprias, ampliando o conhecimento histórico-cultural do próprio grupo ou população à qual pertence.

Através do respeito às questões culturais, sócio-antropológicas, aos saberes e experiência da comunidade, coloca-se em questão o senso comum, criando condições para a produção e o acesso a novos saberes ... (Azevedo, 1999, p. 313).

- produz efeito ideológico de desocultação, propiciando a desculpabilização da população das suas dificuldades, como se fossem apenas falhas e fracassos individuais, imagem incutida pela ideologia dominante;
- propicia o conhecimento dos recursos existentes nas diferentes políticas sociais, facilitando o acesso aos serviços sociais como direito, desmistificando a idéia de “benesse” e apresentando-os como uma reapropriação dos excedentes retirados da própria população;
- produz efeitos políticos de auto-organização, ao visualizar a raiz coletiva dos problemas vistos como apenas individuais,

detectando a expressão de “classe”.

A luta pelo acesso aos direitos sociais passa pelo cotidiano profissional do assistente social, sendo imprescindível contrapor táticas de comunicação, agrupamento, espaços de expressão das insatisfações, das manifestações da linguagem, da exigência de respostas claras e objetivas.

Na ação sócio-educativa com famílias deverá ocorrer a transposição do individual para o coletivo, pois as seqüelas da questão social, geralmente, são classificadas em categorias, parcializadas e fragmentadas. É necessário visualizar a singularidade dos fatos, através de uma relação empática dialógica, que contemple a demanda individual, sabendo porém decodificar o aspecto coletivo contido no individual e vice-versa.

Quando o coletivo é desvelado, o “social” aparece enquanto determinação do estrutural, não como mera expressão de dificuldades pessoais e/ou grupais, que são intencionalmente manipuladas ideologicamente, desligando-as de sua origem comum. Coletivizar as demandas é a estratégia para a superação de ações isoladas, propiciando a incorporação do individual às alternativas e ações coletivas.

A tendência da ordem social é impedir que as pessoas compreendam a existência de uma origem comum aos problemas individuais que enfrentam cotidianamente. Isto faz parte da plena racionalidade, conivência e justificativa da lógica dominante, sendo preciso desestabilizar esta relação.

O trabalho sócio-educativo com famílias, em última instância, visa construir a sua cidadania.

Cidadania é qualificação da existência dos homens. Trata-se de uma qualidade de nosso modo de existir histórico. O homem só é plenamente cidadão se compartilha efetivamente dos bens que constituem os resultados de sua tríplice prática histórica, isto é, das efetivas mediações de sua existência. Ele é efetivamente cidadão se pode usufruir dos bens materiais necessários para a sustentação de sua existência física, dos bens simbólicos necessários para a sustentação de sua existência

subjetiva e dos bens políticos necessários para a sustentação de sua existência social. (Severino, 1995, p.19 apud Azevedo, 1999, p.308)

Intervir junto à família na perspectiva sócio-educativa é fortalecer o individual, compondo o homem inteiro na prática sociológica, antropológica, filosófica, psicológica e recompô-lo no coletivo, localizando-o no tempo e no espaço historicamente determinado. É visualizar a família contextualizada enquanto núcleo social aberto, dinâmico e vivo que contém em si toda contradição própria da vida social da qual faz parte.

Portanto, um investimento que dê à família um suporte efetivo na esfera material, combinado à produção e difusão de novos valores que contribuam com as orientações ético-culturais pertinentes às exigências que lhe são colocadas no território da reprodução e socialização dos indivíduos, fortalecerá a família na luta pela atenção pública que lhe é devida na reprodução social dos indivíduos.

Neste sentido, o trabalho sócio-educativo com famílias suscita a dimensão política da prática profissional do assistente social, estimulando o potencial político dos setores populares.

A prática do trabalho sócio-educativo com famílias indica algumas estratégias de ação, tais como:

- estimular a reunião de pessoas com problemas comuns para que possam expressar seus sentimentos, fortalecer-se enquanto indivíduo e grupo, buscando alternativas solidárias para o enfrentá-los;
- facilitar a compreensão dos problemas que possuem expressões diferentes, mas raízes comuns, transpondo as alternativas individuais para as coletivas;
- visualizar a família com sua multiplicidade e particularidade e não apenas, especificamente, um dos seus elementos;
- privilegiar ações que propiciem reflexões referentes à questão de gênero, considerando as mudanças no papel da mulher e as incidências no papel masculino e de combate às discriminações étnicas.

Como dimensão final, ressalta-se que no trabalho sócio-educativo com famílias é fundamental o desafio de se trabalhar em rede e para tal é importante ver o usuário na sua inserção econômica, política, cultural e social, num processo de mediações.

O trabalho em redes implica, em primeiro lugar, a participação dos usuários envolvidos e interessados, pois é em razão deles que a rede se estrutura, para promover seu protagonismo através de apoios, dispositivos, organização, estratégias. (Faleiros, 1999, p.181)

Ainda segundo Faleiros (1999), as redes pressupõem a potencialização de recursos, o que implica a transparência de informações dos atores que estabelecem o que podem fazer na dinâmica do processo. Os usuários entram no processo como atores ativos que também compartilham suas idéias e os recursos de que dispõem como o tempo, a informação, o espaço, os contatos, a organização.

Há necessidade de estruturação de um suporte sócio-institucional que congregue diferentes serviços sociais, públicos ou privados, somando-se ações de apoio à família em situação de pobreza, criando ou fortalecendo redes de proteção social aos segmentos mais vulneráveis inseridos no núcleo familiar: idoso, pessoas portadoras de deficiência, crianças e adolescentes.

Finalizar o texto significa interromper as reflexões que carecem de aprofundamento pela complexidade e riqueza do tema proposto, deixando apenas algumas contribuições para suscitar o debate profissional acerca do trabalho sócio-educativo com famílias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, J. C. Escola Cidadã: Construção coletiva e participação popular. In: SILVA, L. H. da (Org.). *A escola Cidadã no contexto da globalização*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- CARVALHO, M. C.B. (Org.). *A família contemporânea em debate*. São

Paulo: Cortez, 1995.

FALEIROS, V. P. Desafios do Serviço Social na era da Globalização. *Revista Serviço Social e Sociedade*, vol. 61, São Paulo: Cortez, 1999. p.152-183.

FOLHA DE S. Paulo- Especial- Família, 20/9/1998.

IANNI, O. *A sociedade global*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

KALOUSTIAN, S.M. *Família Brasileira, a base de tudo*. São Paulo: Cortez, 1994.

PALMA, D. *A prática política dos profissionais: o caso do Serviço Social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

SALES, M. A. *A família como ela é: do reconhecimento de novas necessidades á construção de políticas públicas*. ANAIS - IX CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS - 1998.

SAVIANE, D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 6. ed. São Paulo: Autores Associados, 1996.

SYMANSKI, H. *Trabalhando com famílias*. São Paulo: IEE-PUC/CBIA, 1992. p. 40.